Análise das condições de acessibilidade de uma instituição pública de ensino do interior do Estado de São Paulo

ALINE RIBEIRO ALVES DA SILVA, PRISCILA MOREIRA CORRÊA TELLES
[1] Graduando em Matemática no Instituto Federal de São Paulo, Bolsista PIBIFSP, IFSP, Câmpus Itaquaquecetuba, aline8690@outlook.com.
[2] Professora Orientadora, Instituto Federal de São Paulo, IFSP, Câmpus Itaquaquecetuba, prilacorrea@hotmail.com.

Apresentado no
10° Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP ou no 4º Congresso de Pós-Graduação do IFSP
27 e 28 de novembro de 2019- Sorocaba-SP, Brasil

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa é analisar e discutir as condições de acessibilidade de uma Instituição Pública do Estado de São Paulo, por meio do uso do Protocolo para Avaliação de Acessibilidade em Instituições do Ensino Superior de Corrêa e Manzini (2014b). De acordo com o instrumento utilizado foi possível identificar que alguns elementos arquitetônicos presentes podem ser considerados acessíveis (largura da porta e dos corredores, maçanetas nas portas) e a ausência de alguns elementos (piso do tipo podotátil e placas sinalização em Braile, Libras ou até mesmo placas de sinalização ampliada) comprometem a condição de acessibilidade da instituição pesquisa. As condições de acessibilidade das instituições de ensino precisam ser adequadas para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos de forma autônoma para realizar suas atividades no Campus avaliado.
PALAVRAS-CHAVE: educação especial; acessibilidade; Ensino Superior.

Analysis of accessibility conditions of a public educational institution of São Paulo State

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze and discuss the accessibility conditions of a Public Institution of the State of São Paulo, through the use of the Protocol for Accessibility Assessment in Higher Education Institutions of Corrêa and Manzini (2014b). According to the instrument used it was possible to identify that some architectural elements present can be considered accessible (width of the door and corridors, door handles) and the absence of some elements (podotactile floor and signs in Braille, Libras or even even extended signposts) compromise the accessibility condition of the research institution. The accessibility conditions of educational institutions need to be adequate so that people with disabilities can autonomously enjoy their rights to carry out their activities on the evaluated Campus.
KEYWORDS: special education; accessibility; Higher education.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino devem buscar formas de refletir sobre as suas condições de acessibilidade, analisando o que contribui ou dificulta no acesso, ingresso e permanência de todos os seus alunos.

Devido à preocupação com a adaptação ou a adequação das instituições de ensino, alguns pesquisadores elaboraram instrumentos para serem utilizados pelos profissionais da educação, como os diretores, supervisores, coordenadores, professores e demais profissionais técnicos administrativos em toda a Educação Básica e Ensino Superior (AUDI; MANZINI, 2006; DISCHINGER; ELY; BORGES, 2009; CORRÊA; MANZINI, 2014a, 2014b; MANZINI; MAIA; GASPARETO, 2014);

Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar as condições de acessibilidade de uma instituição de ensino pública do Estado de São Paulo, por meio da utilização de um instrumento elaborado para isso.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa foi utilizado o Protocolo para Avaliação de Acessibilidade em Instituições do Ensino Superior, elaborado por Corrêa e Manzini (2014b), que objetiva avaliar as

condições de acessibilidade das Instituições de Ensino Superior por meio de rotas. Assim, foi necessário percorrer as onze rotas indicadas no protocolo e avaliar o seu trajeto e os elementos arquitetônicos que a compõem.

A coleta de dados aconteceu em dois dias diferentes, totalizando cinco horas. Além disso, foi necessário: a) imprimir o protocolo selecionado e utiliza lo no mesmo momento da coleta de dados; b) utilizar uma fita métrica e régua para medição dos itens apresentados no instrumento; c) utilizar caneta e caderno para anotações das observações realizadas dos espaços.

Os resultados encontrados foram organizados em gráficos, de forma a apresentar quais elementos podem ser considerados acessíveis ou inacessíveis nas rotas, quais deles precisam de uma adequação ou reforma e quais precisam ser eliminados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1 – Tipos de maçanetas nas rotas avaliadas. avaliadas.

Figura 2- Presença de piso podotátil nas rotas avaliadas.

De acordo com a Figura 1 pode ser observado que a maioria das rotas possuem portas com maçanetas do tipo alavanca, que tem sido considerada a mais acessível, pois o seu formato possibilita a sua utilização por pessoas com diferentes condições físicas. É necessário destacar que a Rota 1, além da maçaneta do tipo alavanca, possui uma porta com outro tipo de maçaneta, que pode dificultar o acesso de forma inpendente da pessoas com deficiência física.

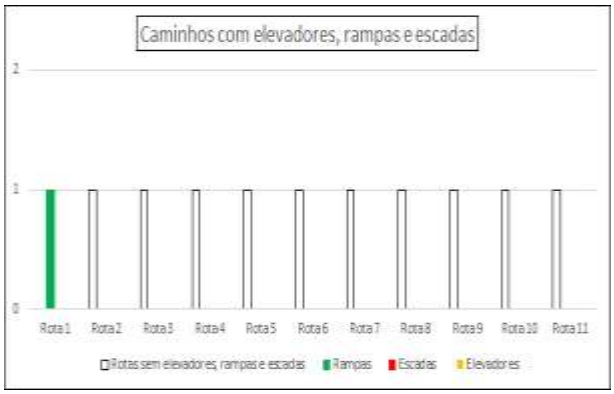
Pode-se analisar, segundo a Figura 2, que nenhuma rota possui piso do tipo podotátil, dificultando a locomoção autônoma das pessoas com deficiência visual.

Figura 3- Placas de sinalização nas rotas avaliadas. avaliadas.

Figura 4- Largura dos portões ou portas nas rotas

A instituição pesquisada não possui nenhum tipo de sinalização em Braile, Libras ou até mesmo placas de sinalização ampliada, o que demonstra não possui acessibilidade no que diz respeito á sinalização.

As portas em todas as rotas avaliadas no campus têm largura maior que 80 cm, o que demonstra condição adequada de acessibilidade nesse item, visto que alunos com cadeira de rodas tem tranquilidade ao entrar e sair das salas do campus.



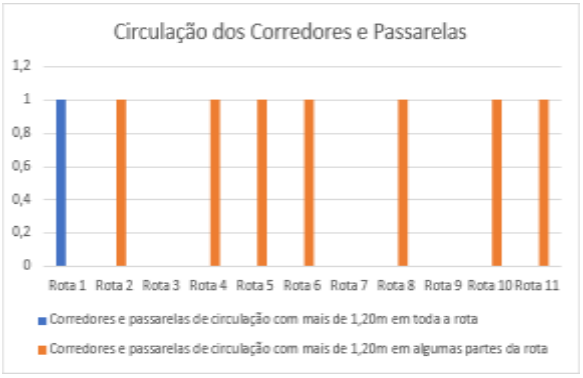


Figura 5- Elevadores, rampas e escadas nas rotas avaliadas. Figura 6- Circulação dos Corredores e Passarelas.

Pelo que se observa no Gráfico 5, o único caminho com rampa é o da rota 1, visto que os outros caminhos não tem necessidade de obter escadas, rampas e elevadores, já que a Instituição possui estrutura física horizontal, o que contribui com a sua condição de acessibilidade.

A rota 1, pela observação do Gráfico 6, possui em todas os seus caminhos, corredores e passarelas de circulação com mais de 1,20m, o que pode ser considerado acessível, pois a pessoa de cadeira de rodas pode circular com outras pessoas ao mesmo tempo nesse mesmo espaço.

4 CONCLUSÕES

Segundo os resultados encontrados foi possível concluir que as condições de acessibilidade das instituições de ensino precisam ser adequadas para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos de forma autônoma para realizar suas atividades no Campus avaliado.

5 AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi financiada pelo programa institucional de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIBIFSP).

REFERÊNCIAS

AUDI, E. M. M.; MANZINI, E. J. *Protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas do Ensino Fundamental*: um guia para gestores e educadores. Marília: ABPEE, 2006.

CORRÊA, P. M; MANZINI, E. J. Protocolo para Avaliação da Acessibilidade em Escolas da Educação Infantil. In: MANZINI, E. J.; CORRÊA, P. M. (Orgs). *Avaliação de acessibilidade na Educação Infantil e no Ensino Superior*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014a. p. 29-54.

_____. Protocolo para Avaliação de Acessibilidade em Instituições de Ensino Superior. In: MANZINI, E. J.; CORRÊA, P. M. (Orgs). *Avaliação de acessibilidade na Educação Infantil e no Ensino Superior*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014b. p. 55-68.

DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; BORGES, M. M. F. C. *Manual de acessibilidade espacial para escolas*: o direito à escola acessível. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: <http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/cao/cij/manual_acessibilidade_web.pdf >. Acesso em: 28 out. 2014.

MANZINI, E. J; MAIA, S. R; GASPARETTO, M. E. R. F. Formulário para averiguar condições de acessibilidade em Instituições de Ensino Superior. In: MANZINI, E. J.; CORRÊA, P. M. (Orgs).

Avaliação de acessibilidade na Educação Infantil e no Ensino Superior. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. p. 17-28.